



Rogério Cassimiro/MMA

PESSOAS ATINGIDAS DE RIO DOCE, SANTA CRUZ DO ESCALVADO E CHOPOTÓ COBRAM GOVERNO FEDERAL SOBRE ACORDO DE REPACTUAÇÃO

A Caravana Interministerial reuniu cerca de mil pessoas em Rio Doce para cobrar do Governo Federal ações do Acordo de Repactuação. Entre as principais demandas estavam o pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), a transparência nos repasses e o curto prazo para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).
pág. 4



ACÚMULO DE REJEITOS NA HIDRELÉTRICA DE CANDONGA LANÇA DÚVIDAS SOBRE O FUTURO



pág. 2

PESSOAS ATINGIDAS RECEBEM PROCURADOR DA REPÚBLICA PARA VISITA E DISCUTE DANOS AMBIENTAIS ENFRENTADOS PELO TERRITÓRIO



pág. 6



pág. 7



CENTRO ALTERNATIVO DE FORMAÇÃO POPULAR ROSA FORTINI



AGÚMULO DE REJEITOS NA HIDRELÉTRICA DE CANDONGA LANÇA DÚVIDAS SOBRE O FUTURO



Incerteza. Palavra que expressa dúvida e hesitação. Esse é o sentimento das pessoas que vivem na divisa entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, onde está localizada a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (UHE), mais conhecida como Candonga.

Essa sensação faz sentido. O reservatório da hidrelétrica tem atualmente cerca de 9,5 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro, acumulados desde o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no ano de 2015. Este volume seria capaz de encher nove estádios do Mineirão.

O LOCAL AINDA ABRIGA CERCA DE 9,5 MILHÕES DE METROS CÚBICOS DE REJEITO DE MINÉRIO DE FERRO.

Com tanto rejeito acumulado, moradores temem que qualquer situação inesperada provoque o rompimento de Candonga. A remoção desse rejeito está prevista no Acordo de Repactuação, mas, em vez de trazer alívio, gera ainda mais insegurança. A população teme que o processo de limpeza cause impactos para a saúde e o meio ambiente. Sem contar que durante o período chuvoso na região os rejeitos de Candonga são “revirados”.

“Toda chuva, toda cheia, esses milhares de metros cúbicos que temos na barragem de Candonga fazem essa revirada do rejeito, contaminando toda a bacia novamente até chegar no mar. Enquanto não retirarem esses minérios de todas as barragens, não estou falando só de Candonga, mas de todas, até no Espírito Santo, continuará contaminando toda a bacia, todo o pescado e todo ser vivo que habita o ambiente aquático”, desabafo Marcos Antônio Martins, pescador e técnico de Meio Ambiente, atingido de Santa Cruz do Escalvado.

Na região, não há como evitar. Ao lado de Candonga está a Fazenda Floresta, que costumava ser um ponto de encontro para os moradores locais. Anos atrás, havia um campo de futebol, festas, bailes e até produção agropecuária, conforme relatos dos habitantes. Atualmente, a propriedade abriga uma fazenda que recebe grandes quantidades de estéril, um tipo de rejeito solidificado.

“A Fazenda Floresta é algo que está matando o meio ambiente, porque jogaram rejeito em cima de várias nascentes. Se aquilo ali também estourar, será um acidente gravíssimo”, comenta Luis Carlos de Oliveira (Russo), atingido de Rio Doce.

Ibama

Segundo o texto do Acordo, a Samarco está obrigada a apresentar projeto para a retirada dos rejeitos e gastará R\$450,00 por metro cúbico pela realização da dragagem. O trabalho será licenciado e supervisionado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Centro Rosa Fortini entrou em contato com o Ibama para obter mais informações sobre o processo de licenciamento ambiental para a obra de “limpeza” de Candonga. Em resposta aos questionamentos, o órgão informou que a Samarco tem um prazo de até 365 dias, contados a partir da homologação do Acordo de Repactuação, para apresentar o pedido de licenciamento contendo o projeto básico da dragagem. O prazo final para a entrega desse pedido é 6 de outubro de 2025.

Somente após receber o pedido/projeto apresentado pela Samarco, o Ibama poderá elaborar o Termo de Referência, necessário para avaliar a viabilidade do projeto e seus impactos ambientais.

Após esse processo, conforme esclarecido pelo Ibama, a Samarco ainda terá 730 dias (2 anos) para entregar um estudo ambiental, que será analisado novamente pelo Ibama. Durante esse período, está prevista, segundo o processo de licenciamento ambiental, a realização de uma reunião pública para apresentação do projeto de licenciamento à(s) comunidade(s) potencialmente atingida(s).

Visita

O Ibama realizou em fevereiro uma visita técnica, de sete diretorias do órgão federal, aos territórios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. A visita foi motivada pelo ofício enviado pelo Centro Rosa Fortini ao Ministério do Meio Ambiente, em janeiro de 2025, a pedido da Comissão de Atingidos, mas não respondido até o fechamento desta edição.

Segundo apuramos junto a servidores do Ibama, a Samarco ainda precisa fornecer muitas informações sobre a situação de Candonga. Sobre o trabalho de dragagem, o tema ainda precisa ser bem discutido entre técnicos e população, inclusive porque as comunidades tradicionais têm direito à consulta prévia livre e informada prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



CENTRO ALTERNATIVO DE
 FORMAÇÃO POPULAR
 ROSA FORTINI

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL:

Antônio Maria Fortini

COORDENAÇÃO DA ATI:

Grasiele Santos Fortini

COORDENAÇÃO METODOLÓGICA:

Aloísio Lopes

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO:

Rodolfo Silva

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Adriana Santos DRT/MG 05986JP

REDAÇÃO:

Mariana Duarte DRT 2005/PI e

Pedro Reinaux

IMAGENS:

ASCOM - Assessoria de Comunicação Rosa Fortini

DIAGRAMAÇÃO

Flávio Martins

PROJETO VISUAL

Luciano Bicalho

Leia e nos acompanhe
 também pela internet:

www.centrorosafortini.com.br

reinventando vidas

LUTA DAS MULHERES MOSTRA RESILIÊNCIA PARA SOLUCIONAR DANOS TRAZIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

No início do processo de reparação pelos danos do rompimento da barragem de Mariana, as mulheres atingidas enfrentaram mais um desafio: a invisibilização. A diferença no tratamento entre homens e mulheres, especialmente no Programa 01 - Cadastrar, foi denunciada em toda a bacia do rio Doce.

Isso fez com que Instituições de Justiça (IJs) de Minas Gerais e Espírito Santo ajuizassem uma Ação Civil Pública (ACP) contra a Samarco. As IJs entenderam que ao longo da execução do programa, centenas de mulheres foram automaticamente classificadas como dependentes de um chefe de família homem ou tiveram suas atividades laborais rejeitadas.

Essa movimentação provocou vários problemas para as famílias, especialmente para as mulheres. Com o rompimento, além de perderem seu sustento por meio do rio, muitas relataram aumento na carga de trabalho doméstico, entre outros problemas.

Repactuação

A questão ganhou espaço no novo Acordo de Repactuação. No texto do documento foi prevista a destinação de mais de R\$1 bilhão para um programa a ser criado e gerido pelas IJs para as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. No entanto, não foi especificado como será a atuação desse programa na vida das mulheres atingidas.

Invisibilizadas e enfrentando a dupla violência — socioambiental e de gênero —, muitas mulheres precisaram se reinventar. Quem pescava, lavava roupa ou fazia artesanato buscou novas formas de trabalho. Algumas recorreram a habilidades que já tinham para superar a situação.

Busca por soluções

Um exemplo disso é Rosane Gómes Senna, 60. Além de administrar uma pousada, em Santa Cruz do Escalvado, ela também pescava e fazia artesanato com material reciclado coletado no rio Doce para renda própria e manter o filho na universidade.

Com o desastre de 2015, Rosane precisou abandonar os diferentes tipos de trabalho que aprendeu ao longo da vida. Isso porque, após o rompimento da barragem, o movimento na pousada que administra caiu drasticamente. Sem hóspedes, ela foi forçada, inclusive, a demitir funcionários.

Em busca de uma alternativa para retomar a renda, ela identificou uma oportunidade no fornecimento de lanches para os trabalhadores da Fundação Renova, que atuavam na região onde reside. Essa solução temporária se mostrou um caminho viável para retomar sua fonte de receita.

“Depois de eu chorar muito, eu precisava trabalhar, porque eu não tinha dinheiro nem para comer, porque não sou aposentada, meu filho estava estudando. Aí eu consegui fornecer o desjejum para a empresa. Eu consegui pagar as despesas do meu filho na época”, explicou.

Rosana conta que forneceu lanches por quase cinco anos, até que a pandemia de Covid-19 interrompeu tudo. Hoje, ainda sonha em ver a pousada prosperar, lugar onde continua morando. Sua única renda, no entanto, vem do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE).

O talento na cozinha foi também a solução para Maria do Rosário, 62, moradora de Chopotó, distrito de Ponte Nova. Na época do rompimento, ela trabalhava como pescadora e doceira. Para ela, o ofício da pesca era especial, já que aprendeu observando o pai.

“Meu pai gostava muito do rio. Às vezes, eu o acompanhava e ficava lá sentada com ele, batendo papo, vendo ele pescar, e comecei a gostar da pescaria. Mas eu sempre gostei de fazer meus doces também”, explica.

Quando o rio recebeu o rejeito de minério de ferro, Maria do Rosário precisou parar de pescar e focou seu trabalho na produção de doces. Com uma variedade de sabores, como manga, banana e goiaba, ela passou a vender para Ponte Nova e Belo Horizonte.

“A gente tá vendo que o rio tá contaminado e aí é mais complicado para gente, ficar pescando”, reflete e acrescenta: “Minhas amigas continuam insistindo na pesca, mesmo sabendo que está contaminado. Elas continuam insistindo, pelo menos para elas se alimentarem”.

Assim como Rosane e Maria do Rosário, muitas mulheres precisaram buscar novas formas de trabalhar — e de serem ouvidas. Sua luta diária é o que fortalece o caminho para uma reparação justa. Ao longo da bacia do rio Doce, são elas que marcam presença nas reuniões, que levantam a voz e denunciam os problemas de suas comunidades. Elas não se calam. Elas resistem.

ATIVIDADES DIA INTERNACIONAL DA MULHER



Mariana Duarte / Centro Rosa Fortini

No Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, o Centro Rosa Fortini, em parceria com a Faculdade Dinâmica, realizou uma roda de conversa com as mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó.

O evento foi um espaço de acolhimento, troca e escuta sobre o bem-estar psicológico e as vulnerabilidades enfrentadas. Realizado na Escola Estadual Maria Amélia, em Rio Doce, contou com participação ativa e ambiente leve. Um café da manhã coletivo acompanhou os momentos de conversa, fortalecendo os laços entre as mulheres presentes.

As rodas de conversa vão além do 8 de março e seguirão ao longo do ano, com encontros definidos pelos próprios grupos de mulheres. A iniciativa garante a continuidade do apoio psicológico e emocional.

SEMINÁRIO NO VALE DO AÇO

No dia 31 de março, em Timóteo, no Vale do Aço, aconteceu o Seminário “Mulheres Atingidas: pelo direito à participação na reparação integral da Bacia do Rio Doce”.

Organizado pelas assessorias técnicas que atuam na Bacia do Rio Doce, o evento reuniu mulheres atingidas dos 11 territórios de Minas Gerais. O objetivo foi debater seus direitos e a invisibilidade enfrentada em seus modos de vida.

Do território de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce participaram: Da Comunidade Porto Plácido, Maria da Penha Rocha, Mariella Rocha, Renata Nazareno e Heloar Reis. De Rio Doce, foram: Vanilda de Castro e Vilma de Castro. Já da Comunidade Santana do Deserto, foram Clara Ribeiro, Adriana de Souza, Vicentina da Silva e Joviana da Silva.



Seminário Mulheres Atingidas - Timóteo-MG
Tainara Torres / Caritas Itabira

ESPECIAL



As comunidades atingidas de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó recebem a caravana interministerial em busca de justiça!

Sem participação social, não há reparação integral!

“A fonte de toda a água que tinha e do rio. Esse para...” - Dona Djanira

Rogério Cassimiro/MMA

PESSOAS ATINGIDAS DE RIO DOCE, SANTA CRUZ DO ESCALVADO E CHOPOTÓ COBRAM GOVERNO FEDERAL SOBRE ACORDO DE REPACTUAÇÃO

Mulheres, homens, idosos e crianças ocuparam cada canto do Ginásio Poliesportivo de Rio Doce, no dia 26 de março, durante a Caravana Interministerial, que reuniu cerca de mil pessoas de comunidades atingidas do território de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó. O objetivo foi cobrar do Governo Federal as ações previstas o Acordo de Repactuação, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em novembro de 2024.

A participação popular transformou a caravana em um encontro marcante e elogiado pelos representantes ministeriais e comunidades atingidas. Entre os principais pontos de dúvidas: os repasses de valores para as mulheres receberem o Auxílio Financeiro Emergen-

cial (AFE) da lista dos tradicionais; o tempo curto para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) - necessário para acessar o Programa de Transferência de Renda (PTR). As comunidades exigiram respostas mais concretas sobre o pagamento do AFE e reclamaram da falta de transparência.

Fundo específico para reparação

Durante a Caravana, representantes do governo destacaram a criação do Fundo Rio Doce, exclusivo para a verba reparatória sob responsabilidade federal, no montante de R\$ 49 bilhões ao longo dos 20 anos, corrigidos com juros e correção monetária ao longo do tempo. A iniciativa, segundo eles, garante que os recursos sejam utilizados apenas na bacia do rio Doce, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Compromissos assumidos

R\$ 8 bilhões 
para populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (IPCTs), dos quais

R\$ 886 milhões 
para o território de Rio Doce, Santa Cruz e Chopotó

R\$ 1 bilhão 
destinado ao Programa para Mulheres no processo de reparação, com gestão do Ministério Público Federal

R\$ 9 bilhões 
para saneamento, sob governança dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo

R\$ 14 bilhões 
para iniciativas estaduais de MG e ES em diversas áreas

R\$ 12 bilhões 
para o Programa de Saúde, cuja governança ficará a cargo da União, estados de Minas Gerais, Espírito Santo e municípios atingidos

Recusa 
da quitação de danos futuros relacionados à saúde, reforçando a necessidade de estudos contínuos sobre os impactos do desastre

Rogério Cassimiro/MMA



Mariana Duarte / Centro Rosa Fortini



Além disso, foram destacadas as obrigações empresariais, incluindo a retirada dos rejeitos do lago de Candonga (UHE Risoleta Neves), e a recuperação da floresta nativa e das nascentes da bacia do rio Doce.

“**O interessante que eles [representantes] passam ter conhecimento pleno dos fatos (tragédia). Poderia ter sido antes da repactuação**”, José Maurício Pereira, membro da Comissão de Atingidos de Rio Doce.

O gerenciamento e monitoramento da água para consumo humano, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), também foi um ponto de atenção. Ainda sobre monitoramento, foi levantada a questão do PRO-PESCA (Plano de Reestruturação da Gestão da Pesca e Aquicultura) e também foi abordado o pagamento das indenizações individuais e a transparência nas ações desenvolvidas pelo Governo Federal.

“Dentro do PROPESCA podemos direcionar algumas pesquisas para que haja esse monitoramento e para que a gente conheça a qualidade desse pescado, qual a situação da água”, disse Sandy Lima, representante do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

“**Achei a reunião produtiva. Cada um dos ministérios presentes esclareceu os programas que serão executados em nosso território. Sobre a listagem, foi bom o Caio, do MDA, ter esclarecido isso, porque nós, enquanto Comissão, já estávamos com medo de ser chamados de mentirosos**”, Luís Carlos de Oliveira (Russo), membro da Comissão de Atingidos de Rio Doce.

Programa para Mulheres

A questão da violação dos direitos das mulheres no processo reparatório também foi uma preocupação levantada pelas pessoas atingidas durante o encontro. Foi lembrado, por exemplo, que muitas mulheres se sentiram invisibilizadas no processo de cadastro e por consequência não receberam AFE ou receberam apenas como dependentes, sem autonomia sobre o próprio recurso. Outra grande

preocupação foi o destino do R\$1 bilhão previsto no Acordo para o Programa das Mulheres e que está sob responsabilidade das Instituições de Justiça.

O procurador da República, Eduardo Aguiar, anunciou que poderá ser criado um Programa de Transferência de Renda (PTR) exclusivo para mulheres que não conseguiram acessar o PTR Pesca e o PTR Rural. Porém, fez um alerta: o programa ainda está em fase inicial e pode demorar a se concretizar.

“**Eu vim para saber se nós vamos ser reparados das coisas que a gente necessita. Nós fomos atingidos e não fomos reconhecidos ainda**”, Geraldo de Campo Corcine (Dadinho de Caboco), da Comunidade Jorge.

Pagamento do AFE aos tradicionais

Caio do Nascimento Mota, representante do MDA, detalhou o trabalho de revisão da lista, feito em parceria com as Comissões de Atingidos e apoio do Centro Rosa Fortini. Explicou que, em março, os dados foram revisados e encaminhados para a Samarco para pagamento.

Ele também esclareceu dúvidas sobre o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), explicando quem tem direito ao benefício e como funciona o processo. “A gente acredita que no início de abril, já começa o processo de assinatura dos termos de quitação para dar início ao recebimento do AFE”, esclareceu.

Retirada de rejeitos

A retirada de rejeitos da UHE Risoleta Neves (Lago Candonga) foi um tema que também ganhou destaque na noite. O engenheiro José Maurício Pereira, membro da Comissão de Atingidos de Rio Doce, em tom de desabafo, denunciou a fragilidade dos barramentos construídos na UHE e alertou para o quantitativo real de rejeitos no reservatório, que, segundo ele, é de 17 milhões de metros cúbicos.

Pereira ainda questionou o destino dos recursos de mais de R\$ 4 bilhões caso os rejeitos não sejam retirados. “Com a não retirada, é justo esse dinheiro ser entregue à União e nós, aqui, ficamos sem nada?”, perguntou,

recebendo aplausos das pessoas atingidas.

O representante do Ibama, Sérgio Augusto, comprometeu-se a repassar às Comissões de Atingidos do território e à ATI Rosa Fortini a minuta do termo de referência para o licenciamento ambiental da retirada de rejeitos antes de sua aprovação e envio à Samarco.

“**A importância da Caravana aqui é para o esclarecimento. Porque aqui tá todo mundo sem saber direito o que veio nos programas**”, Maria Márcia Martins, membra da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado.

Produtores rurais

Produtores rurais de Santa Cruz do Escalvado aproveitaram a oportunidade para entregar um ofício à Caravana Interministerial, solicitando que o Governo Federal dê mais atenção ao grupo do território com base no Acordo de Repactuação.

O grupo quer garantias de acesso a projetos, programas e serviços, além da disponibilização de recursos financeiros e investimentos. No ofício entregue, eles destacam a importância da agropecuária para o município e denunciam o comprometimento de várias propriedades produtoras ao longo do rio. Também pontuaram que a qualidade da água para irrigação e para os animais tem sido um ponto de atenção nos últimos anos.

Primeiro contato

A Caravana Interministerial seguirá percorrendo outras cidades atingidas pelo rompimento da barragem de Mariana. O objetivo é ouvir as demandas da população e apresentar soluções que garantam a efetividade da repactuação.

“Achei a reunião aqui muito positiva, porque acho que a gente conseguiu estabelecer esse primeiro contato e fazer esses primeiros esclarecimentos com relação ao Acordo. A gente sabe que muita coisa ainda está para ser discutida e construída com as comunidades”, avalia Ana Maria Conegundes, representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.

seção

PESSOAS ATINGIDAS RECEBEM PROCURADOR DA REPÚBLICA PARA VISITA E DISCUTE DANOS AMBIENTAIS ENFRENTADOS PELO TERRITÓRIO



Mariana Duarte / Centro Rosa Fortini

Pessoas atingidas de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó receberam o Procurador da República Eduardo Aguiar na última semana de março. Mais do que uma visita técnica, o encontro foi marcado pelo diálogo e pela tentativa de compreender, de perto, a realidade de quem convive com as consequências da lama de rejeitos.

Acompanhado por moradores, Aguiar esteve na Comunidade Santana do Deserto. No local, visitou o Santuário Santana do Deserto, ponto de encontro para a fé e a esperança da região. Durante a visita, foi recebido com café, bolo e queijo pela família de Raimundo Ribeiro Filho, membro da Comissão de Atingidos de Rio Doce, em um gesto simples, mas carregado de hospitalidade. Na saída viu de perto as trincas de casas vizinhas, causadas pela movimentação de veículos pesados

na comunidade.

Na Fazenda Floresta, que recebeu rejeitos da UHE Risoleta Neves (Lago Candonga), o procurador conversou com lideranças e membros das Comissões de Atingidos, quando ouviu as preocupações com a limpeza do lago e o medo de pescar no rio, bem como os problemas causados pelo transporte e disposição de rejeitos, que inclusive aterrou várias nascentes do local.

“Antes temos que fazer um estudo para ver se o rejeito é tóxico ou não é. Se as águas estão contaminadas ou não e se o pescado tá contaminado ou não. Se o rejeito é tóxico não pode ficar, se ele não é tóxico aí vamos ver: é melhor ambientalmente ele ficar aí ou tirar?”, explicou Aguiar.

Mais tarde, reuniu-se com membros das Comissões de Atingidos e diversas outras



Mariana Duarte / Centro Rosa Fortini

lideranças do território. Ouviu dúvidas, discutiu soluções e reforçou a importância de fiscalizar o cumprimento do Acordo de Repactuação.

Aguiar também participou da Caravana Interministerial, ao lado de representantes de sete ministérios do Governo Federal. O grupo esteve no território ouvindo relatos e demandas das famílias atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão.

MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS DO CLIMA

Acontece em maio, em Brasília, a 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, que vai reunir pessoas de todo o país, para discutir como as mudanças do clima interferem na saúde da população e na produção da agricultura, por exemplo. E quais as medidas necessárias para reduzir esses impactos.

Conferência Intermunicipal

Com o tema “Emergência Climática: os desafios da transformação ecológica”, foi realizada em Ponte Nova, no mês de janeiro, a 1ª Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente do Vale do Piranga (CIMA) que reuniu representantes de 22 municípios, inclusive mais de 30 pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. O evento foi organizado pela AMAPI (Associação de Municípios da Microrregião do Vale do Rio Piranga).

“Além dos impactos da crise climática,

a conferência intermunicipal também discutiu os desafios da reparação ambiental na bacia do rio Doce. No evento foram eleitos os delegados que representarão a região na Conferência Estadual de Meio Ambiente, em Belo Horizonte”, explica Aloísio Lopes, coordenador metodológico do Centro Rosa Fortini.

Uma das propostas apresentadas foi a necessidade de participação das comunidades tradicionais nas discussões e decisões sobre a reparação ambiental na bacia do rio Doce.

Conferência Estadual

Realizada de forma online, no mês de março, em Belo Horizonte, o evento contou com representantes de prefeituras, do setor empresarial, da comunidade acadêmica, além de organizações da



PH Reinaux / Centro Rosa Fortini

sociedade civil.

Demetrios Ervane, membro da Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado e delegado eleito pela Conferência intermunicipal, lamenta não ter conseguido acesso à conferência estadual.

“Tivemos uma participação importante a conferência intermunicipal, onde elegemos cinco representantes de comunidades tradicionais. Mas na conferência estadual, fiz de tudo para acessar o link, clicava, mas não dava certo. O formato online prejudica demais a nossa participação”, afirmou.

DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS NO PROCESSO DE REPARAÇÃO: ENTENDA A IMPORTÂNCIA DE QUESTIONAR E BUSCAR FONTES CONFIÁVEIS

Desde o rompimento da barragem de Mariana, há sempre um cenário de dúvidas sobre uma informação ou outra que confunde as pessoas atingidas.

Em meio ao caos de grandes tragédias, a verdade muitas vezes se perde entre boatos, emoções e interesses. Foi assim após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015. Além da destruição ambiental e das consequências para as comunidades atingidas, uma enxurrada de informações falsas se espalhou, dificultando o acesso a direitos e agravando o sofrimento das vítimas.

A desinformação não apenas confunde, mas muitas vezes é usada como estratégia. Em agosto de 2024, as empresas responsáveis pelo desastre foram condenadas a pagar R\$56 milhões por disseminarem “informações imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas”. A decisão reforça o impacto negativo das fake news, especialmente em momentos de crise, quando a necessidade de informações confiáveis é inegociável.

O Caso do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE)

Em 2016, começou o pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) para os atingidos. A falta de esclarecimento oficial deu espaço para uma avalanche de boatos.

Antônio Áureo, morador de Rio Doce, lembra como mensagens falsas viralizaram rapidamente. “Soltavam áudios ou pequenos textos como se fosse a Renova, comunicando o pagamento dessas pessoas/famílias. Isso trazia muita euforia, tumulto e posteriormente decepção às pessoas”, conta.

Dados pelo WhatsApp

Recentemente, o aplicativo de mensagens WhatsApp voltou a ser utilizado para a disseminação de informações falsas no território.

No início de abril, durante um atendimento no Escritório de Rio Doce, uma pessoa atingida relatou que um homem tinha enviado mensagens se passando por representante da Samarco. Ele solicita informações pessoais de moradores de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, alegando que está “atualizando os dados da empresa”. Entre as infor-



mações pedidas estão CPF, RG e outros dados sensíveis. O suposto colaborador utiliza uma foto genérica no WhatsApp e não apresenta nenhuma identificação oficial da mineradora.

A falsa lista dos tradicionais

Outro assunto que tem gerado preocupação nas comunidades neste mês de abril é a circulação de uma suposta lista com nomes de pessoas tradicionais aptas a receber o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE).

Segundo uma liderança local, que não integra as Comissões de Atingidos, essa lista tem circulado livremente entre os moradores. No entanto, o documento é falso e não foi divulgado pelo Centro Rosa Fortini, já que tal ação violaria a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Além disso, desde março, a gestão da lista dos tradicionais está sob responsabilidade exclusiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Advogados e promessas enganosas

Além das fake news espalhadas pela internet, a desinformação também se manifestava no contato direto entre as pessoas. Dona Maria (nome fictício), uma atingida que preferiu não se identificar, recebeu em março de 2024 um telefonema de um advogado oferecendo ajuda para liberar um direito chamado “pecúnia”, ligado ao Plano de Adequação Socioeconômica e Ambiental (PASEA).

Apesar da abordagem convincente, ela estranhou a necessidade de contratar um advogado, já que nunca havia ouvido

falar disso nas reuniões da Assessoria Técnica Independente (ATI). “Me deixou com dúvidas, porque nunca foi mencionado aí na Rosa Fortini, nas reuniões que a gente faz, sobre receber a pecúnia do PASEA, que a gente precisaria de um advogado para poder ajudar a gente a receber essa pecúnia”, afirmou.

O Centro Rosa Fortini, que acompanha os atingidos, já havia esclarecido que o Acordo de Repactuação de Mariana não exige advogados para esse tipo de processo. No entanto, em outros casos, como o Programa Indenizatório Definitivo (PID), a assistência jurídica é necessária.

Como se proteger da desinformação

A recomendação é simples: ao receber uma informação que causa surpresa, indignação ou emoção forte, pare e questione:

- ✓ A fonte é confiável?
- ✓ Qual é a data da publicação?
- ✓ O contexto original da notícia foi alterado?

Diante de tragédias, crises climáticas e crimes ambientais, a responsabilidade coletiva é fundamental. Espalhar informações falsas pode ser tão prejudicial quanto o próprio desastre. A verdade precisa ser um compromisso de todos.



ACONTECEU

FAISCADORES SE ORGANIZAM E FORTALECEM LUTA POR DIREITOS E REPARAÇÃO

Autonomia e reparação justa, estes são os pilares que movimentam a luta das comunidades faiscadoras de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, que estão se organizando. Em Rio Doce, foi criada a Associação de Faiscadores(as) Tradicionais de Rio Doce (ASFARD). Já em Santa Cruz do Escalvado, o processo está em construção. O coletivo de faiscadores do município, com apoio da ATI Centro Rosa Fortini, estuda a elaboração do estatuto da futura associação.

A organização das comunidades faz parte de uma luta maior pelos direitos dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Apesar de o Acordo de Repactuação para a organização, a questão deu impulso ao tema.

“Antes, os atingidos estavam

de um lado e as empresas do outro. Agora, a União, o Estado e os municípios também participam desse processo”, explica o coordenador geral do Centro Rosa Fortini, Antônio Maria Fortini.

Para Djanira da Silva, do Conselho de Guardiãs da ASFARD, a iniciativa representa uma forma de resistência. “Cuidamos dos nossos filhos com a faiscagem e a pesca. O rio era nossa fonte de renda, foi um pai e uma mãe. Hoje, não tem mais nada, só tristeza”, diz.

Quase dez anos após o desastre de Fundão, os danos do rompimento ainda afetam a vida dos faiscadores. Muitos veem a associação como uma forma de lutar por direitos coletivos, preservar seus modos de vida e buscar novas

oportunidades de renda.

“Queremos uma alternativa de renda. Não podemos mais faiscar no rio por causa da contaminação”, desabafa Vanilda Aparecida de Castro moradora de Rio Doce.

Para Geraldo Marcelino (Ladin), eleito primeiro presidente da ASFARD, a luta é antiga, mas avança com organização. “Essa é uma luta que já vem de muito tempo, desde o rompimento. Com o apoio da comunidade e muito trabalho, vamos discutir, organizar projetos e demandas para garantir avanços. A expectativa é grande”, afirma.



PH Reinaux / Centro Rosa Fortini

Santa Cruz do Escalvado

A organização também caminha em Santa Cruz do Escalvado. Duas reuniões já foram realizadas, discutindo os objetivos, instâncias deliberativas, o processo de assembleia e de escolha de gestão da associação. A ATI Centro Rosa Fortini presta apoio oferecendo assessoria jurídica e técnica para a elaboração do estatuto.

Demetrios Ervane, da Comissão de Atingidos, ressalta a importância dessa construção. “Precisamos de um estatuto bem estruturado para fortalecer nossa luta como comunidade guardiã do rio Doce”, afirma.

NÚCLEOS DE BASE DEBATEM CONVENÇÃO 169 DA OIT E DIREITO AO TERRITÓRIO

Desde o início do ano, a ATI Rosa Fortini tem promovido uma série de formações nos Núcleos de Base (NBs) de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó. A iniciativa, que acontece após a certificação de dezenas de comunidades e coletivos desses municípios, tem como foco o entendimento da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) e o direito ao território previstos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As atividades começaram na semana do dia 27 de janeiro em Rio Doce e se estenderam por três semanas, percorrendo também Santa Cruz do Escalvado e Chopotó. Durante esse período, moradores e lideranças participaram de debates e reflexões sobre seus direitos e a importância da organização coletiva.

Participação e desafios

A adesão das comunidades às formações foi expressiva. Em Santa Cruz

do Escalvado e Chopotó, 14 comunidades participaram das atividades, reunindo 340 pessoas na segunda semana e 305 na terceira. Em Rio Doce, o público foi de 295 participantes, sendo 51% formado por mulheres.

Outro assunto discutido nas reuniões foi o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial (RTID). Ele é uma ferramenta essencial para a regularização fundiária de territórios coletivos. Produzido com base em dados cartográficos, fundiários, históricos e antropológicos, ele comprova a relação das comunidades tradicionais com suas terras.

Este documento é um instrumento fundamental para garantir o reconhecimento oficial dos direitos territoriais dessas populações, assegurando a preservação de sua cultura, economia e recursos naturais. O tema também foi



PH Reinaux / Centro Rosa Fortini

discutido durante as reuniões dos NBs.

“O RTID é uma etapa crucial na defesa dos territórios tradicionais. Ele não apenas fortalece a luta das comunidades, mas também serve como base para a titulação coletiva, garantindo direitos mesmo antes do processo finalizado”, explica a antropóloga Karina Coelho, da ATI Rosa Fortini.

Alô, Comunidades!



Nova rodada de reuniões dos Núcleos de Base está sendo planejada para os meses de maio e junho. Participe!